

Rezek diz que País pagará juro sem aceitar imposição

JORNAL DE BRASILIA 12 JUL 1980

São Paulo — O Brasil vai saldar os juros da dívida externa seguindo seu próprio calendário e sem aceitar imposições de nações estrangeiras ou de credores. A declaração foi feita ontem pelo ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, que negou que o rebaixamento do Brasil na classificação dos países devedores — o que obriga os bancos credores a aumentar suas reservas — tenha partido de decisão do governo americano, como divulgado ontem pela imprensa paulista.

Segundo Rezek, a reclassificação do Brasil é decisão exclusivamente do setor privado e, por isso, não terá consequências sobre os planos de cooperação comercial entre os dois países. O ministro explicou que o serviço da dívida externa brasileira — que já soma cerca de US\$ 6 bilhões em atraso — será pago dentro de um calendário estabelecido pelo Governo brasileiro atendendo aos interesses nacionais, e não em função de um calendário estabelecido por qualquer nação estrangeira e, menos ainda,

imposto por qualquer instituição privada estrangeira.

Rezek — que participou do I Fórum Euro-Latino-Americano promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais de Lisboa — garantiu ainda que o rebaixamento do Brasil não deverá influir na concessão de linhas de crédito de curto prazo, porque os bancos têm fontes adicionais de informação sobre o que está acontecendo no País e sobre o diálogo que vem sendo travado entre os governos brasileiro e americano.

Ele informou que, na semana passada, conversou com o secretário do Tesouro Americano, James Baker, que lhe assegurou a não interferência do governo no assunto. Com base em seus contatos com membros do Governo dos Estados Unidos, Rezek acredita que a decisão dos bancos credores “talvez tenha sido vista com mais aborrecimento em Washington do que em Brasília”.

Para o presidente do Grupo

Itaú, Olavo Setúbal, a decisão dos credores é eminentemente técnica e não constitui surpresa. Segundo ele, nos países desenvolvidos as áreas financeiras são extremamente rígidas e, como o Brasil não paga juros há mais de um ano, a decisão do comitê que regula as atividades bancárias privadas nos Estados Unidos era esperada e apenas consolidou uma realidade matemática: os bancos têm de fazer reservas para ficarem líquidos.

Agora, o Brasil terá de conviver com a nova realidade que, em sua opinião, não é extraordinária.

O comissário da Comunidade Econômica Européia, Abel Matutes, que veio ao Brasil para participar do fórum e manter encontros com autoridades brasileiras, acha que, se o governo americano determinasse a reclassificação do Brasil, a atitude constituiria uma incoerência em relação aos entendimentos que vêm sendo mantidos entre os dois governos. Em geral, o presidente Bush é coerente e não é natural que ele se contradiga, afirmou Matutes.